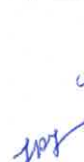
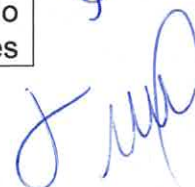


01	Ata da reunião realizada nas dependências da Secretaria Municipal
02	da Educação com as Presidentes do Conselho Municipal de
03	Educação de Rio Claro (COMERC), do Fundo de Desenvolvimento
04	da Educação Básica (FUNDEB) e do Conselho de Alimentação
05	Escolar (CAE).
06	Às quinze horas do primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e
07	vinete e cinco, compareceram nas dependências da Secretaria Municipal
08	da Educação as Presidentes do Conselho Municipal de Educação de
09	Rio Claro (COMERC), do Fundo de Desenvolvimento da Educação
10	Básica (FUNDEB) e do Conselho de Alimentação Escolar (CAE),
11	Senhoras Rosemeire Marques Ribeiro Archangelo, Franciane Arnold de
12	Figueiredo e Michele Santos Barbosa Cuba para realização de reunião
13	com a Secretária Municipal da Educação, Senhora Valéria Ap. Vieira
14	Velis. Esta reunião contou também com a presença da Secretária
15	Adjunta, Senhora Josiane Tomasella Bordignon e Flavia Piccoli Traina
16	que realizou o registro desta ata. A Secretária deu as boas-vindas aos
17	presentes e iniciou a conversa solicitando às presidentes que os
18	documentos referentes aos conselhos, como atas, sejam
19	disponibilizados no portal da Secretaria Municipal da Educação,
20	considerando as fiscalizações ordenadas realizadas pelo Tribunal de
21	Contas do Estado de São Paulo, que dentre seus apontamentos indicam
22	a necessidade de visibilidade de tais documentos. Referiu-se sobre a
23	publicação do decreto de nomeação dos membros do COMERC,
24	ressaltando a importância de nomeação dos membros que, por ventura
25	tenham seus mandatos finalizados. A Presidente do CAE informou que
26	neste segundo semestre publicará o edital para reposição dos membros.
27	A Presidente do COMERC, por sua vez, informou que já conta com
28	comissão organizada para as eleições. A Secretária informou sobre a
29	elaboração do PPA, LDO e LOA e seus respectivos prazos. Sobre o
30	PPA informou que será enviado às presidentes para posterior
31	apresentação aos membros dos conselhos, para o qual conta com a
32	participação e envolvimento dos conselhos em sua elaboração,
33	principalmente do FUNDEB. Senhora Rosemeire questionou se haverá
34	a possibilidade de fazer inferências no referido documento ou, se esse
35	envio será somente para conhecimento. A Secretária informou que as
36	sugestões deverão ser encaminhadas para possível inclusão ao texto,
37	explicando que o PPA descreve tudo aquilo que o governo pretende
38	realizar ao longo dos próximos quatro anos, os três anos restantes do
39	governo atual, e o primeiro ano do próximo mandato. No que se refere à
40	projeção de arrecadação e despesas, a Secretária afirmou que os
41	últimos meses não foram fáceis, muitos problemas ainda estão sendo
42	resolvidos, no entanto, muitas falas que chegam ao conhecimento,
43	levam a interpretação que a equipe da Secretaria Municipal da
44	Educação está trabalhando contra a rede, fazendo o pior. A conselheira
45	Rosemeire ponderou que encontros como esse que estava acontecendo
46	são fundamentais para que as informações cheguem por fontes



47 seguras. Acrescentou dizendo que as coisas acontecem como
48 consequência das próprias ações da secretaria, pois os diretores
49 solicitaram reunião com a Secretária, o que não foi acatada. Assim,
50 pediram intervenção do COMERC que solicitou reunião com o executivo
51 e embora ele tenha informado na mídia que atenderia o COMERC e os
52 diretores isso não ocorreu. Referiu-se ao veto realizado pela Secretária
53 de toda deliberação, por considerar que havia tópicos problemáticos e a
54 Secretária ficou de encaminhar novo documento em novembro passado,
55 pediu prorrogação e até agora, mês de agosto, nada foi resolvido.
56 Senhora Rosemeire, argumentou ainda ser importante se colocar no
57 lugar dos pais, comunidade, professores e funcionários. A Secretária
58 Valéria afirmou que o que passou está feito, se houve erros eles foram e
59 estão sendo corrigidos. Justificou que a ausência da reunião com os
60 diretores se deu por já ter ocorrido reuniões com todos os setores da
61 supervisão escolar e, naquela ocasião as questões foram colocadas
62 para todos os diretores. Continuou sua fala, dizendo sobre o
63 encerramento de um mandato e o início de outro, com a contenção de
64 recursos frente a obrigação de se manter as contas em ordem. A
65 Secretaria Municipal de Compras e a Secretaria Municipal de Finanças
66 seguraram muitos dos processos da Secretaria da Educação. Neste
67 ínterim, o Ministério Público foi acionado e a Secretaria está
68 respondendo e esclarecendo todos os procedimentos, cabendo
69 responsabilizar a quem cabe ser responsabilizado. Em decorrência
70 desta contenção, muitas das entregas ficaram comprometidas, as
71 licitações ficaram prejudicadas, apesar dos processos terem sido feitos
72 com bastante antecedência por parte da equipe da Secretaria Municipal
73 da Educação. Continuou ainda, esclarecendo que neste primeiro ano de
74 governo, é momento de colocar as contas em ordem. As ações postas
75 em prática renderão frutos para o segundo ano de governo, e assim,
76 cumprir com o plano de governo aprovado pela comunidade. O
77 orçamento previsto para o ano de 2025 é em torno de 314 milhões de
78 reais. A folha de pagamento tem um custo de aproximadamente 245
79 milhões/ano. As despesas com a merenda escolar, até o momento, são
80 de R\$ 13.633.701,30, ainda faltam empenhar alguns itens. Existe uma
81 ata de carnes e a dos estocáveis está em processo de contrato. O
82 transporte escolar está em 23 milhões. Essa despesa estava em 32
83 milhões, foram feitas readequações de linhas, transferência de outras
84 linhas para a frota própria da Secretaria, o que permitiu essa redução de
85 gastos. O transporte de alunos da rede estadual acontece com a oferta
86 de passe escolar e linhas de fretamento, o repasse recebido do estado é
87 de R\$ 10.695.000,00, cabendo neste caso, uma suplementação do
88 município. Em contratos diversos são despendidos R\$ 113.347.000,00.
89 Outro fator que impactou ainda mais as contas, foi o corte no QSE. A
90 maior produção de ICMS está no estado de São Paulo. Nosso
91 município, considerando a nova distribuição do QSE, perdeu
92 aproximadamente 10 milhões de recursos. Havia uma solicitação da

ffm

mr

mm

93 UNDIME que essa redução fosse gradual, no entanto, isso não ocorreu.
94 Esse déficit de recursos tem que ser assumido pelo município. A
95 Conselheira Rosemeire questionou se o pagamento das empresas
96 terceirizadas sai dos recursos da educação. A Secretária informou que
97 tanto os contratos com as empresas terceirizadas de mão de obra,
98 como os contratos diversos, tais como, corte de grama, manutenção de
99 telhados, segurança, entre outros saem do orçamento da educação. As
100 dificuldades financeiras assombram a falta de orçamento para cumprir
101 com as obrigações a partir do mês de outubro. Não havendo dinheiro
102 novo para a educação, não há possibilidade de investimentos. A
103 construção de novas escolas depende hoje em dia, de conveniamentos.
104 Valéria reforça a importância e necessidade de realizar discussões
105 acerca de financiamento com toda a rede. A folha de pagamento pode
106 ficar comprometida. Rosemeire questiona sobre a solicitação de
107 complementação do Governo Federal. Valéria informa que muitos dos
108 municípios não foram contemplados. Informa ainda, que os recursos
109 estão atrelados aos índices, havendo a necessidade de demonstrar
110 resultados com melhorias dos índices. No ano passado, Rio Claro foi um
111 dos poucos municípios que recebeu repasses do VAAR. A Secretaria da
112 Educação dará maior atenção às escolas que necessitam de
113 intervenção pedagógica. Cada ação realizada hoje reverbera em toda a
114 rede. Rosemeire pede um exemplo, e Valéria cita a folha de pagamento.
115 E continua apontando o quanto de recursos é despendido com
116 desperdícios, exemplificando ambientes sem ninguém que permanecem
117 com luzes acesas. Neste montante, são sessenta e sete escolas,
118 setenta e dois prédios. Rosemeire perguntou sobre a folha de
119 pagamento dos cargos comissionados. Valéria comunicou que não
120 dispunha, naquele momento, daquela informação, comprometendo-se a
121 levantar este número. Outro ponto de preocupação colocado pela
122 Secretária da Educação foi o Estatuto do Magistério, argumentando a
123 necessidade de pensar o que será dele daqui a dez anos. Como manter
124 a progressão e valorização frente à escassez de recursos. Alertou a
125 existência de artigo que assegura a concessão de progressões
126 mediante a disponibilização de recursos. Reforçou que o Estatuto do
127 Magistério foi uma conquista, mas é necessário tomar consciência da
128 situação real e, abrir discussão sobre o que é importante ser feito.
129 Relembrou o desgaste significativo ocorrido com a aprovação da
130 Reforma Administrativa, reconhecendo a falha de comunicação no
131 sentido de mostrar o que tem sido feito para evitar maiores prejuízos a
132 toda a rede. Rosemeire, por sua vez, disse que o poder está nas mãos
133 da Secretária, reafirmando que faltou um diálogo franco. Disse que
134 desde que assumiu a presidência do COMERC tem tentado uma
135 reunião com a Secretária. Afirmou reconhecer o trabalho realizado pela
136 Secretária, porém afirma não haver abertura para o diálogo. Valéria
137 contestou tal afirmação, dizendo estar sempre disponível para
138 conversas, que sua porta está constantemente aberta. Rosemeire





139 afirma que a Secretaria precisa favorecer condições de diálogo, citando
140 que para estar participando desta reunião, outra profissional precisa
141 substituí-la, que conciliar o desempenho profissional com a
142 representação em conselho necessita de dedicação, que por vezes são
143 incompatíveis com as atribuições docentes. Valéria afirma que a luta é
144 de todos, inclusive de outras instâncias, pois fazer educação de
145 qualidade requer recursos e, a Secretaria Municipal da Educação tem
146 feito sua parte para essa viabilidade. No que se refere à Deliberação
147 anteriormente citada, Valéria informou que, com tudo o que acontecia no
148 início do ano, não havia condições de se dedicar a ela. A prioridade da
149 Secretaria da Educação está centrada no currículo, informando a
150 urgência de concluí-lo em meados de agosto e setembro, cumprindo
151 assim a tarefa de se ter um currículo integrado. Depois disso, existe a
152 necessidade de atuar na elaboração do PPP das escolas, que muitas
153 delas estão sem. A Deliberação deve ser pensada após o currículo
154 concluído e ter delimitado o que se almeja com o PPP. O texto inicial da
155 deliberação foi vetado por existirem pontos de divergência entre os
156 documentos em elaboração e outros que precisam ser reavaliados em
157 função de procedimentos administrativos os quais implicam no processo
158 pedagógico, dentre eles: o processo de classificação e reclassificação e
159 registros de diários de classe. Valéria ressaltou que a deliberação não
160 está esquecida pela equipe da Secretaria da Educação e poderá ser
161 retomada após a conclusão do currículo. Outro ponto que causou
162 conflito foi o pedido de prorrogação do Plano Municipal de Educação.
163 Valéria esclareceu que o Plano Nacional de Educação foi prorrogado
164 pelo Governo Federal e, conseqüentemente, o PME precisa ser
165 prorrogado, pois o mesmo não poderá ser elaborado sem as diretrizes
166 do Governo Federal. Segundo Rosemeire, essa questão foi tratada no
167 COMERC, estando de acordo em esperar, que foi procurada pelo jornal,
168 após o envio da prorrogação da lei, porém não sabia do que se tratava.
169 A notícia veiculada acabou por confundir as informações entre o PME e
170 o currículo. Valéria informou que o pedido de prorrogação do PME deve
171 ser votado no retorno do legislativo. Disse ainda, que o Governo Federal
172 está dando os encaminhamentos para a nova elaboração do PNE e
173 promoverá um congresso para essas discussões, no qual a Secretária
174 participará. Retornando deste evento, as diretrizes da Secretaria
175 Municipal da Educação poderão ser traçadas, não impedindo que os
176 dados comecem a ser tratados. Todo esse trabalho demandará tempo e
177 os prazos não deverão ser longos para a construção do plano. A
178 participação dos conselhos neste movimento é fundamental e
179 importante. Rosemeire pontua que apesar da prorrogação do prazo do
180 PME o levantamento de dados deveria estar ocorrendo, a Secretaria
181 informou que já existe uma comissão para isso e que irá retomar o
182 trabalho. A Secretária informou que os repasses do FUNDEB atingem o
183 valor de 136 milhões, que são utilizados integralmente para a folha de
184 pagamento, havendo a necessidade de complementação, com recursos





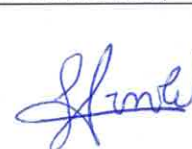



185 próprios do município, no montante de 109 milhões. Antigamente, os
186 recursos do FUNDEB cobriam a folha de pagamento e restavam
187 recursos para outros investimentos. Valéria informou que no dia 13 de
188 agosto haverá reunião de diretores. Ressaltou que as reuniões
189 realizadas por setores favorecem as discussões e apresentação das
190 condições reais, enquanto que a reunião coletiva configura-se mais com
191 a transmissão de informações. Mencionou o déficit de vagas e a ação
192 civil pública com a aplicação de multas, iniciada no ano de 2012. No
193 primeiro mandato do governo a lista de espera era em torno de 1300
194 crianças, hoje em dia, está em aproximadamente 500 crianças. O
195 trabalho da Secretaria da Educação tem demonstrado empenho em
196 colocar crianças nas escolas. O planejamento tem em vista a
197 construção de mais quatro creches, sendo três delas prioridades. A
198 creche da Vila Olinda, já possui terreno, estima-se um valor de R\$
199 5.700.000,00, sendo R\$ 1.000.000,00 de contrapartida do município. A
200 creche do Bairro Sobrado, com projeto equivalente a EM Lucia Helena
201 Ferreira Camargo, no valor de R\$ 3.700.000,00. A creche do Bairro Mãe
202 Preta está cadastrada e aguardando liberação, enquanto que a creche
203 do Distrito de Assistência é a de menor prioridade por questões de baixa
204 demanda. Valéria esclarece que zerar a lista de espera é bastante
205 relativo, pois alguns responsáveis não aceitam vaga ofertada em escola
206 que não seja aquela de preferência da família. No que se refere à
207 contratação de mão de obra terceirizada, já estão ocorrendo estudos de
208 outra forma de contratação que visem a melhoria dos serviços, que
209 quando bem feito, apresentam resultados positivos. Ao longo dos anos
210 foi ocorrendo o aprimoramento dos contratos. Atualmente, são
211 despendidos, em torno de 2 milhões entre quatro empresas contratadas.
212 Outro ponto de demanda de estudo e planejamento é a manutenção das
213 escolas, que se configura como um problema secular. Contamos em
214 nossa rede com escolas antigas, outras que passaram por ampliação
215 sem um planejamento correto, obras necessárias que encarecem seus
216 custos. A Secretaria não tem poder nem capacidade financeira para
217 realizar reformas em todas as escolas. É importante fazer com que o
218 Setor de Manutenção desempenhe seu real papel, tendo clareza das
219 funções do setor, o que demanda de licitações, e o que é possível
220 realizar utilizando recursos próprios das unidades escolares. Já consta
221 na organização da Secretaria a realização de reuniões individualizadas
222 para tratar de questões administrativas e pedagógicas. Evidenciam-se
223 discrepâncias de resultados das avaliações externas que demandam
224 uma ação mais pontual da equipe da SME. Não se trata de implantar
225 meritocracia, mas esses pontos precisam ser tratados. Outro ponto de
226 discussão é a questão financeira, com apresentação de planejamento
227 às escolas levando ao conhecimento aquilo que é possível de ser
228 realizado. Apresentação, também, de um cronograma de execução para
229 os próximos três anos, a partir de critérios técnicos para atendimento,
230 considerando as demandas e o orçamento disponível. O setor de

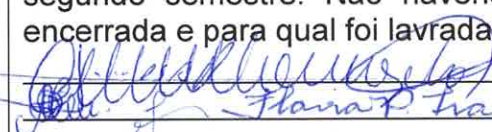





231 manutenção é deficitário, pois não conta com profissionais suficientes
232 para execução de muitos dos serviços que as escolas necessitam. A
233 Secretaria vem realizando estudos para otimização dos contratos.
234 Rosemeire questiona se já foi feito um estudo se a realização de
235 concursos públicos não diminuiria esses investimentos que são
236 alocados com empresas terceirizadas. Perguntou o valor que está
237 sendo gasto com as empresas terceirizadas e Valéria informou que hoje
238 está na ordem de R\$ 35.883.064,46. Valeria afirma que o levantamento
239 para esse estudo está sendo feito, e ressalta que os custos com a folha
240 de pagamento ficam impactados com os mais variados tipos de
241 afastamentos, readaptações, entre outros. Rosemeire afirma que não
242 tem os dados em mãos, mas que mesmo pagando os afastamentos e
243 readaptações o valor para custear servidores concursados não atingiria
244 35 milhões por ano. As Organizações Sociais utilizadas para esse tipo
245 de contratação são isentas de muitos impostos que incidem nos
246 contratos trabalhistas. Rosemeire aponta que essa forma de contratação
247 são meios facilitadores de desvio de recursos públicos, acrescenta
248 ainda que a terceirização de mão de obra não favorece a criação de
249 vínculos devido a grande rotatividade de pessoas. Ressalta que
250 trabalhar na área da educação exige o mínimo de formação, não
251 cabendo profissionais com passagem pelo meio criminal, que essas
252 pessoas possuem o direito de ressocialização, mas não com as
253 crianças. Valéria complementa que por isso que hoje entregamos a
254 declaração de antecedentes criminais. O tratamento das crianças está
255 prejudicado por pessoas mal preparadas. Valéria contrapõe,
256 argumentando que esses problemas não acometem somente os
257 terceirizados, estão presentes também entre os funcionários efetivos, o
258 cerne da questão está na formação desses profissionais, sendo
259 fundamental uma análise mais macro da realidade escolar. A Presidente
260 do FUNDEB acrescenta que muitas redes de ensino optam pela
261 prestação de serviço terceirizado para diminuir os investimentos e
262 otimizar os recursos trazendo como exemplo a contratação de
263 fonoaudiólogos e terapeutas pela rede de Limeira. Rosemeire ressalta a
264 importância da atuação de fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais na
265 rede de ensino, porém não como terceirizados e sim profissionais
266 concursados, que tenham valorização na carreira. A Secretária Adjunta
267 argumenta a escassez destes profissionais e que o serviço público não
268 é mais atraente, sendo mais lucrativa a atuação de forma particular. As
269 demandas estão aumentando e há a necessidade de políticas públicas
270 para esse atendimento. O CIM foi criado para atuar neste sentido, conta
271 atualmente com lista de espera e já é do conhecimento a necessidade
272 de uma nova unidade. Rosemeire pontuou a necessidade do CIM e a
273 preocupação da demanda, perguntando para Josiane qual o número da
274 lista de espera. Josiane informa que hoje há cerca de 300 crianças na
275 lista de espera e Rosemeire pontua a importância da existência do CIM
276 por polos, duas unidades não atenderão a demanda, o que Valéria






277	pontua que mais unidades, mais servidores, mais recursos. A
278	Presidente do FUNDEB se colocou à disposição da Secretaria Municipal
279	da Educação para auxiliar naquilo que for preciso. A Presidente do CAE
280	informou que tem acompanhado o Departamento de Alimentação e se
281	mostra preocupada, porém muitos dos problemas estão sendo
282	equacionados. Tem conhecimento que as atas estão abertas, escuta
283	palavras e vê ações. Mencionou o fato das cozinheiras não
284	comparecerem ao trabalho, alegando falta de pagamento. Valéria
285	reafirmou que não há atrasos nos pagamentos com a empresa e
286	cumpre tudo aquilo que está estabelecido em contrato, que entre dez e
287	quinze dias da emissão das notas, o pagamento é efetuado. Os novos
288	contratos firmados estão prezando pelas cláusulas que punem
289	eventuais descumprimentos. Rosemeire expos que as demandas do
290	COMERC são do conhecimento da Secretaria e foram colocadas ao
291	longo da reunião. Perguntou sobre a quadra da Escola Jovelina
292	Morateli, sendo informada pela Secretária que as quadras, tanto da
293	Escola Jovelina como da Escola Antonio Sebastião da Silva estão
294	certas. O Engenheiro Renato está em fase técnica e documental para a
295	abertura de licitação. Como essas obras serão realizadas com recursos
296	de convênios, saindo a licitação, estes são liberados. Em tempo, Valéria
297	informou que a Escola Sueli Aparecida Marin deve ser entregue no final
298	do ano, com a utilização de recursos próprios. O funcionamento desta
299	escola no novo prédio reduzirá a utilização de transporte escolar para as
300	escolas Antonio Sebastião da Silva e Victorino Machado, além de
301	favorecer a ampliação de vagas na Escola Mitiko Matsushita Nevoeiro.
302	Tratando de transporte, informou que Fábio, Chefe de Gabinete
303	recentemente nomeado, está trabalhando na reorganização das linhas
304	juntamente com o Setor de Transporte Escolar e auxiliando com as mais
305	diversas demandas. Reforçou que a Deliberação receberá a devida
306	atenção assim que o currículo estiver concluído. Afirmou que são
307	grandes as demandas da Secretaria Municipal da Educação para este
308	segundo semestre. Não havendo nada mais a tratar, a reunião foi
309	encerrada e para qual foi lavrada a presente ata.
310	 Flávia P. Traina
311	 Flávia P. Traina
312	
313	
314	

